

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

VINÍCIUS LUÍS DE OLIVEIRA SILVA

A QUESTÃO HABITACIONAL: A LUTA DO MTST E DOS TRABALHADORES SEM
TETO

UBERLÂNDIA

2019

VINÍCIUS LUÍS DE OLIVEIRA SILVA

A QUESTÃO HABITACIONAL: A LUTA DO MTST E DOS TRABALHADORES SEM
TETO

Monografia submetida ao curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial obrigatório para a obtenção do grau de bacharelado e licenciatura.

Orientador: Prof. Doutor Sérgio Paulo Morais

UBERLÂNDIA

2019

VINÍCIUS LUÍS DE OLIVEIRA SILVA

A QUESTÃO HABITACIONAL: A LUTA DO MTST E DOS TRABALHADORES SEM
TETO

Monografia submetida ao curso de História da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial obrigatório para a obtenção do
grau de bacharelado e licenciatura.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Doutora Denise Nunes De Sordi

Prof(a). Mestre Douglas Gonsalves Fávero

Prof(a). Doutor Sérgio Paulo Morais
(orientador)

Uberlândia, 29 de Novembro de 2019

Dedico este trabalho aos meus pais
Angela e César.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que fizeram parte do meu processo de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais que com sua generosidade, dedicação e profissionalismo ajudou-me a concluir este trabalho.

“O poder está na minha voz de querer fazer a diferença.”

A frase destacada entre aspas foi dita por Andressa Aparecida Goes, moradora do acampamento Fidel Castro na cidade de Uberlândia/MG. Concedeu entrevista em Outubro de 2017.

SILVA, Vinícius Luís de Oliveira. **A questão habitacional: a luta do MTST e dos trabalhadores sem teto**. 2019.33 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

RESUMO

O presente trabalho monográfico foi elaborado para apresentar o movimento social MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) suas lutas e reivindicações. Será apresentada a questão habitacional no Brasil, o déficit, as necessidades de moradia em relação com os programas habitacionais existentes. Além dos homens, será citado o papel das mulheres nessa luta urbana. E de grande importância também textualizar o avanço e como se deu o processo de ocupações nas cidades e sua ampliação a nível nacional. Além disso, será feita uma reflexão sobre os desafios encontrados de uma geração de sem tetos na conquista de uma moradia justa a todos. No decorrer da monografia serão apresentados o objetivo, a trajetória, construção e os precedentes ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Uma análise para entender o sistema capitalista dominante e a especulação imobiliária como forma de tratamento em relação a moradia.

Palavras-chave: Luta urbana; Movimento dos trabalhadores sem teto; Moradia.

SILVA, Vinícius Luís de Oliveira. **The housing issue: the struggle of the MTST and the homeless**. 2019. 33 f. Monografia (Graduação em história) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ABSTRACT

The present monographic work was designed to present the social movement MTST (Movement of the Homeless Workers) their struggles and claims. The housing issue in Brazil, the deficit, the housing needs in relation to existing housing programs will be presented. In addition to men, the role of women in this urban struggle will be cited. It is also of great importance to textualize the progress and how the process of occupations in cities took place and its expansion at national level. In addition, a reflection will be given on the challenges faced by a generation of homeless people in achieving a fair housing for all. During the monograph will be presented the objective, the trajectory, construction and the precedents to the Homeless Workers Movement. An analysis to understand the dominant capitalist system and real estate speculation as a form of treatment in relation to housing.

Key-words: Urban fight; Movement of homeless workers; Home.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Domínios urbanos com carência de infraestrutura, por renda média familiar mensal, por região do Brasil | 23 |
|---|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ABC | Área formada pelas siglas de três cidades metropolitanas de São Paulo: Santo A ndré (A), São B ernardo do Campo (B), São C aetano do Sul (C) |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MMC | Movimento de Moradia do Centro |
| MST | Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra |
| MTST | Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA | 13 |
| 1.2 OBJETIVOS..... | 13 |
| 1.2.1 OBJETIVO GERAL | 13 |
| 1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 13 |
| 1.3 METODOLOGIA | 14 |
| 2 OCUPAÇÕES NO BRASIL: POLÍTICAS SOCIAIS E CAPITALISMO | 15 |
| 2.1 AS LUTAS E OCUPAÇÕES DOS SEM TETO NOS ESTADOS BRASILEIROS..... | 15 |
| 2.2. O GOVERNO E SEU PAPEL EM RELAÇÃO À MORADIA..... | 16 |
| 2.3 PROGRAMAS HABITACIONAIS X CAPITALISMO IMOBILIÁRIO | 16 |
| 2.4 REFORMA URBANA | 18 |
| 3 QUESTÃO HABITACIONAL, HISTÓRIAS DAS CIDADES E O MTST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO) | 20 |
| 3.1 CIDADE: UMA NECESSIDADE | 20 |
| 3.2 QUESTÃO DA MORADIA BRASILEIRA..... | 21 |
| 3.3 PRECEDENTES DO MTST | 24 |
| 3.4 OBJETIVO, TRAJETÓRIA, CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MTST | 25 |
| 3.5 AS MULHERES NA LUTA URBANA..... | 26 |
| 3.6. FRENTE POVO SEM MEDO..... | 27 |
| 4 MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES E A POLÍTICA DO ESTADO | 29 |
| 4.1 ATUALIDADES E DESAFIOS DO MTST | 30 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 32 |
| REFERÊNCIAS | 33 |

1 INTRODUÇÃO

Criado na década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) reivindica e mobiliza o povo nas lutas para ocupação de terra nas cidades. É um movimento social que realiza a aglutinação de gerações de militantes a procura de seus direitos na Constituição Federal Brasileira de 1988.

O mesmo possui como escopo metodológico a atuação e articulação entre um trabalho básico e territorial dentro do espaço urbano. Através das conquistas e mudanças contribui historicamente com suas lutas e iniciativas.

O MTST também é uma referência diante do ciclo político presente, no qual criou-se a Frente Povo Sem Medo, movimento social democrático que impulsiona debates junto com outros sindicatos e ativistas em todo o território nacional. Por isso, pode-se resumir a meta do movimento que é construir o poder popular e lutar contra o capitalismo.

É possível notar ainda através das movimentações como se deu o processo expansivo do mercado imobiliário atribuindo responsabilidades aos detentores de capital resultando em condições favoráveis às grandes empreiteiras.

Por conseguinte, a moradia é tratada como uma mercadoria com a finalidade do lucro, excluindo trabalhadores de baixa renda. A desigualdade social se faz presente nessa problemática.

Diante disso, o MTST realiza ocupações, combate o capital imobiliário, traça estratégias junto ao Poder Público sob a perspectiva de encontrar soluções e na esperança que todos consigam sua moradia própria.

Para detalhar os reflexos e a criação do movimento (MTST), segundo Taynara Freitas Batista Souza (2010) nos anos de 1990, no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) em virtude da implantação de políticas neoliberais, ocorreu um agravamento da situação da habitação para a população trabalhadora mais pobre e este quadro não mudou muito no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010).

Essas políticas possuem um caráter supressivo de direitos sociais e as classes dominantes se beneficiam, e os trabalhadores são penalizados. Assim, surgem os movimentos populares para combater uma questão imediata: a falta de moradia.

Contudo, as primeiras ocupações do MTST aconteceram na região metropolitana de Campinas (São Paulo), em seguida as ocupações passaram para o estado do Rio de Janeiro e depois para outros estados.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto surgiu em 1997, quando se tornou um importante movimento na luta de um povo na conquista de uma moradia digna. O MTST é o símbolo na luta a favor do direito à moradia, sem distinção de região ou renda da população.

A diferenciação entre o direito para ricos e o os direitos para pobre são grandes. O direito à moradia significa uma necessidade e um uso, para a sociedade capitalista a moradia trata-se de algo rentável, sem se importar com alguém que precisa de moradia, o que importa para eles é quem paga mais. A moradia foi transformada em uma mercadoria cara para a maioria da população trabalhadora brasileira e por muitos anos foi considerada um luxo.

Com isso, surgem problemáticas como no caso da moradia, se o estado garantisse moradia a todos, os donos de terras e construtores não ganhariam dinheiro, pois o estado proporcionaria para a população um lugar para morar. O que o estado fez e está fazendo em relação a isso? Qual a relação do MTST nessa problemática?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Esta proposta tem como objetivo analisar e compreender a história de luta do MTST, bem como a ideologia política, organização e a problemática habitacional que são vividas por de trabalhadores nas cidades.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este trabalho tem como objetivo específico, a partir de uma revisão bibliográfica:

- Entender as dificuldades e a luta dos trabalhadores sem teto para adquirir uma moradia digna;
- Conhecer o movimento social MTST sua construção e mobilização;
- Discutir a questão habitacional brasileira;
- Refletir sobre as práticas governamentais e os programas habitacionais.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia é baseada em análises de obras e escritos de diversos autores com a finalidade de elaborar um estudo para compreensão do processo da organização na luta referente ao movimento social da conquista da direita à moradia e ocupações nas cidades.

Um dos livros adotados mais conhecidos e recentes que foram utilizados foi o do autor Guilherme Boulos. Professor de psicanálise, dirigente do MTST que na sua obra “Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto” (2015) propõe a discussão da questão habitacional brasileira levando-nos a uma reflexão sobre a luta dos sem-teto.

Um trabalho que apresenta as causas e os efeitos que serviram de aparato para analisar o assunto como, por exemplo, informações sobre a luta dos sem teto.

Além da questão apresentada por Boulos, utilizo a obra de Guilherme Simões, que analisa a trajetória e organização da história de 20 anos do MTST, juntamente com as mobilizações coletivas.

Outros autores foram pesquisados para a melhor clareza na exposição do tema e para identificar causas e consequências retratando a realidade da sociedade em que vivemos.

2 OCUPAÇÕES NO BRASIL: POLÍTICAS SOCIAIS E CAPITALISMO

2.1 AS LUTAS E OCUPAÇÕES DOS SEM TETO NOS ESTADOS BRASILEIROS

É importante destacar que na década de 80 o Banco Nacional da Habitação (BNH), programa voltado para população de baixa renda decretou falência. Com a extinção colaborou para o aumento do problema referente ao acesso à moradia (BOULOS, 2015, p.38.). Com isso, o país durante vinte anos ficou sem nenhuma política habitacional relevante.

Sem uma política habitacional o comando da coordenação de base do MTST organizou reuniões periódicas públicas. Partindo disso várias mobilizações ocorreram dando início a um sentido territorial de ocupação urbana. A ampliação nacional começou a ser respondida com um processo de nacionalização.

Entre 2006 e 2007, o MTST iniciou a reconstrução de sua atuação em duas importantes regiões: Campinas e ABC, além da região sudoeste da Grande São Paulo, onde, a essa altura, a presença do MTST estava basicamente consolidada. Vale lembrar que, em 2007, o MTST realizou uma de suas mais importantes ocupações naquela região: a ocupação João Cândido (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.31).

Com o passar dos anos o MTST se espalhou e diversas outras ocupações foram acontecendo no Brasil, principalmente em São Paulo. Com o aumento das ocupações vieram também os conflitos. No dia 22 de janeiro de 2012 em Pinheirinho, São José dos Campos aconteceu o massacre que marcou a luta do movimento (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, pág. 33-34).

Nacionalmente reconhecido o Estado de São Paulo caracterizou-se como o principal movimento popular destacando um aumento de simpatizantes, pesquisadores e várias estratégias com debates atuantes nas lutas urbanas.

Aí vem junho 2013 e mobilizações por todo o país. Qual foi o recado deixado? Na nossa avaliação, foi que, quando o povo se mobiliza e vai para as ruas, tem resultado. Afinal a passagem abaixou. A partir de julho e agosto, começam a pipocar ocupações nas cidades brasileiras de forma espontânea. Não foram os movimentos que previram isso. Os movimentos foram levados, inclusive... acontece que teve uma convulsão social e abriram-se as comportas das ocupações. Só na cidade de São Paulo são mais de 100 ocupações de julho de 2013 para cá. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, pág. 39).

2.2. O GOVERNO E SEU PAPEL EM RELAÇÃO À MORADIA

O Estado de acordo com a Constituição Federal do Brasil tem o papel de garantir direitos e moradia digna a todo cidadão brasileiro, sem diferenciação entre a população. Mas para isso cobra impostos que deveriam ser investidos nos direitos do cidadão, que na realidade não acontece (BOULOS, 2015, p. 35).

A moradia foi transformada em uma mercadoria pelo capitalismo, com isso, as classes mais pobres ficaram prejudicadas, pois, não tinham crédito bancário e os empreendimentos eram caros e incompatíveis com seus bolsos. Se o Estado garantisse o direito de moradia a todos os brasileiros, as grandes construtoras e especuladores de terra perderiam seu lucro. Com isso, surge um problema entre o direito de moradia e o capitalismo.

Para tentar resolver o problema da moradia o Estado brasileiro criou dois programas habitacionais: o BNH e o Minha Casa Minha Vida. O Banco Nacional de Habitação (BNH) no contexto da ditadura militar pretendia transformar o trabalhador em proprietário de um imóvel; já o Minha Casa Minha Vida, a partir do governo Lula, surgiu com a promessa de resolver parte dos problemas habitacionais (BOULOS, 2015, p. 37-38).

Em suma a lógica capitalista dominante transforma tudo em mercadoria (inclusive a moradia) assim importa se há quem tem condições de pagar a moradia e trazer lucro às construtoras e donos de terra (BOULOS, 2015, p. 36).

2.3 PROGRAMAS HABITACIONAIS X CAPITALISMO IMOBILIÁRIO

Para entender o contexto se faz necessário conhecer o significado da palavra capitalismo. Segundo Catani (1985, p. 7) o sistema capitalista em Weber o capitalismo é denominado culturalista; e em Marx, histórico.

Ainda segundo Catani (1985, p. 7), fatores externos à economia são o ponto chave do capitalismo nos dizeres de Weber; e o capitalismo, em consonância com Weber, tem uma relação direta com o protestantismo de Lutero e ainda do calvinismo. Protestantismo e Calvinismo constituem a base para se pensar as relações sociais e econômicas do capitalismo, em Weber.

Já sabemos que tanto o BNH quanto o Minha Casa Minha Vida, dois programas distintos, não tiveram êxito absoluto em salvar as questões da moradia urbana. Vamos explicar mais a fundo essa questão.

No início de sua inauguração o BNH, depois do golpe de 1964, pretendia dar legitimidade ao governo dos militares. Queriam transformar o trabalhador em proprietário de um imóvel, assim, garantindo a simpatia dos cidadãos mais pobres ao regime antipopular e repressivo dos generais. Mas as iniciativas do BNH dirigidas aos mais pobres acabou em um fracasso. (BOULOS, 2015, p. 37).

Após o BNH ser extinto em 1986, o país ficou mais de vinte anos sem ter qualquer política habitacional importante. O Minha Casa Minha Vida foi lançado em fevereiro de 2009 com o objetivo principal de salvar o capital imobiliário, injetando em sua primeira fase 34 bilhões em recursos públicos nas iniciativas privadas (BOULOS, 2015, pg.38-39).

Desde sua criação, o Programa Minha Casa Minha Vida tornou-se a principal iniciativa do governo federal brasileiro para o enfrentamento das lacunas sociais advindas do histórico problema de más condições de moradia no país. Diante disso, após sete anos de atuação, verifica-se o atendimento à quase totalidade dos municípios nacionais: o “Minha Casa, Minha Vida” está presente (MOREIRA; SILVEIRA; EUCLYDES, 2017)

Entre 2009 e 2014, na terceira fase pressupôs a construção de três milhões de unidades habitacionais. Até março de 2015 foram entregues 52.387 moradias e contratou outras 50.220 casas e apartamentos (MOREIRA; SILVEIRA; EUCLYDES, 2017).

Com a construção das moradias, por serem um pouco afastadas de bairros já estruturados, ficavam vários lotes vagos onde os proprietários deixavam o lote vazio para que se valorizassem e assim, poder loteá-los e vender por um preço mais alto. Esse acontecimento ficou conhecido como especulação imobiliária (BOULOS, 2015, p. 54)

Quem pensa que essa história acabou e que hoje a situação é outra está muito enganado. Daquele período para cá, o problema só se agravou, a especulação imobiliária se tornou ainda mais forte. E o que é pior: tem cada vez mais o apoio do Estado, que deveria garantir condições de vida digna aos trabalhadores urbanos. (BOULOS, 2015, p.55).

No entanto, percebemos que, até agora, o Minha Casa Minha Vida aprofundou ao invés de combater a lógica da moradia como uma mercadoria, que deve dar lucro e não como um direito. (BOULOS, 2015, p.45.).

Então, podemos concluir que não basta o Minha Casa Minha Vida construir conjuntos habitacionais, mesmo aumentando o recurso do programa para famílias mais pobres, como ocorreu na segunda fase do Minha Casa Minha Vida; é preciso combater a especulação imobiliária, que valorizando o preço dos terrenos cada vez mais os pobres são jogados para mais longe da cidade.

2.4 REFORMA URBANA

O assunto a ser explorado neste momento são os problemas principais que consistem na reforma urbana. Antes de entrarmos em detalhes sobre esse assunto, primeiro, precisamos saber sobre o significado de segregação urbana, pois é um elemento importante que tem a ver com a reforma urbana.

Em consonância com Rolnik (1994) a segregação urbana é do ponto de vista político, produto e produtora do conflito social. Quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença e o confronto. Ainda segundo Rolnik (1994) caracteriza-se como segregação urbana a divisão em regiões nobres e regiões pobres, ou seja, quando falamos em regiões nobres e em regiões pobres, nos referimos a espaços equipados com o que há de mais moderno em matérias de serviços urbanos e espaços onde o Estado investe pouquíssimo na implantação destes mesmos equipamentos.

A distribuição de terras na cidade é dividida em duas partes: ricos de um lado e pobre do outro. É necessário entender o desenvolvimento das cidades e os problemas que envolvem suas estruturas, e as condições de vida de seus habitantes. No mais a segregação quer dizer separar, isto é, significa exclusão de trabalhadores humildes marginalizados que sofrem perseguição pela polícia. Exemplo disso na cidade do Rio de Janeiro o governo fez muros em volta das favelas separando do resto da cidade sem o consentimento dos moradores. (BOULOS, 2015, p.63).

Boulos problematiza a segregação urbana com ideias parecidas com as de Raquel Rolnik: “é como se na cidade existissem duas cidades, isto é, a dos ricos e a dos pobres, e cada vez mais separadas. As periferias surgem pelo fato de a especulação imobiliária concebê-las verdadeiros depósitos de pobres”. (BOULOS, 2015, p.63).

Portanto, é fundamental ampliar as ações através de movimentos sociais como o MTST para acumular as forças locais partindo de um programa de reformas populares para o país.

3 QUESTÃO HABITACIONAL, HISTÓRIAS DAS CIDADES E O MTST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO)

3.1 CIDADE: UMA NECESSIDADE

De acordo com a reflexão teórica de Henry Lefebvre (1991) sobre o direito à cidade, a sociedade urbana manifesta suas necessidades sociais e individuais marcadas pela sociedade dita de consumo, ou seja, uma sociedade burocrática de consumo dirigido.

Ainda Lefebvre (1991) essas necessidades sociais do ser humano que vive em sociedade têm fundamento antropológico, isto é, o ser humano também tem seu direito de acumular energias e a necessidade de gastá-las, seja na aventura, no trabalho, no jogo etc.

Por meio das necessidades especificadas o ser humano vive e sobrevive em sociedade; o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares dos trabalhos que o homem executa em sociedade. Assim a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas e horizontes do ser humano em sociedade (LEFEBVRE, 1991, p.104).

Henry Lefebvre (1991) propõe uma “espécie de ciência da cidade” no qual a cidade é objeto de estudo. Especifica que a cidade não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas porque historicamente formada não é apreendida praticamente; cabe a sociedade recompor os fragmentos desta cidade para, enfim, modificá-la.

A ocupação urbana nas cidades é o enfretamento que cresce no Brasil na defesa dos direitos e na necessidade de se pensar nos desafios e reivindicações dos movimentos sociais mais importantes e determinantes.

De acordo com Boulos (2015, p.75) é muito comum quando acontece uma ocupação, o aparecimento de frases como: “Sou contra tomar o que é dos outros”. “Tem que trabalhar para comprar sua casa!” ou “Isso é roubo, vandalismo!”. Diferente

disso, ocupar é a única alternativa para quem tem necessidade, não é crime. No Brasil é legal as ocupações de terras vazias prevista na constituição.¹

Entre 1950 e 1990 ocorreram várias ocupações urbanas pelo Brasil feitas pelos próprios trabalhadores. As ocupações deixaram suas lembranças nas cidades.

A definição de cidade conforme a autora Raquel Rolnik (1994) o espaço urbano deixou de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Raquel Rolnik (1994) frisa ainda que a cidade é antes de mais nada um ímã, ou seja, um local permanente de trabalho e moradia. Assim foram os primeiros embriões de cidade de que temos notícia, os zigurates, templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio da era cristã.

Outro ponto significativo que Raquel Rolnik (1994) analisa sobre cidade é a questão da segregação urbana, que é definida como o movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano. A segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais, assinala a referida autora.

Em relação à lógica capitalista da cidade que também é um assunto importante nesse tópico sobre questão habitacional, Raquel Rolnik (1994) explica que a lógica do mercado passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, ou seja, o Estado cria estratégias concretas de intervenção na cidade.

Portanto os movimentos sociais têm relação com as cidades enfrentando o governo ao lado de trabalhadores presentes nas ocupações de terrenos. Nas cidades percebe-se uma imensa aglomeração de pessoas num espaço pequeno com direito ao trabalho e a uma vida digna.

3.2 QUESTÃO DA MORADIA BRASILEIRA

Na década de 90, a criação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) foi um acontecimento importante em um quadro geral no qual se encontrava uma preocupação com o direito à moradia. Nesta época o país passava por uma crise

¹ A Constituição Federal, afirma nos artigos 5 e 170 que toda propriedade tem que cumprir uma função social, seja ela para moradia, produção ou qualquer outro que traga benefício para a sociedade.

muito difícil: desemprego, salário muito baixo e um governo neoliberal feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. (SOUZA, 2010).

Nas periferias do estado de São Paulo ocorriam inúmeros problemas vinculados às moradias pequenas, sem infraestrutura. Assim crescia o déficit habitacional. Pois os direitos sociais são atrelados ao prisma do mínimo existencial, sendo que no Brasil a perspectiva doutrinária em relação a garantia do mínimo existencial apresenta-se como uma alternativa recente na seara do Direito Positivo, segundo Sarlett, Marinoni e Mitidiero (2017).

A supressão de aspectos textuais no campo constitucional de 1988, quanto ao mínimo existencial, é sopesada pela garantia existencial digna, que perpassa o elo jurídico protetional à vida e à dignidade humana (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017).

O direito à moradia foi registrado constitucionalmente a partir da Emenda Constitucional 26, do ano de 2000, em que este direito fundamental deriva-se da proteção à vida e à dignidade humana. No entanto o direito à moradia não está recepcionado no texto constitucional com diretrizes pré-estabelecidas quanto a sua forma garantidora. Os parâmetros regidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) delimitam condições habitacionais, que estejam consoantes a diversidade cultural do contingente populacional representando desta forma um aspecto do mínimo existencial (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017).

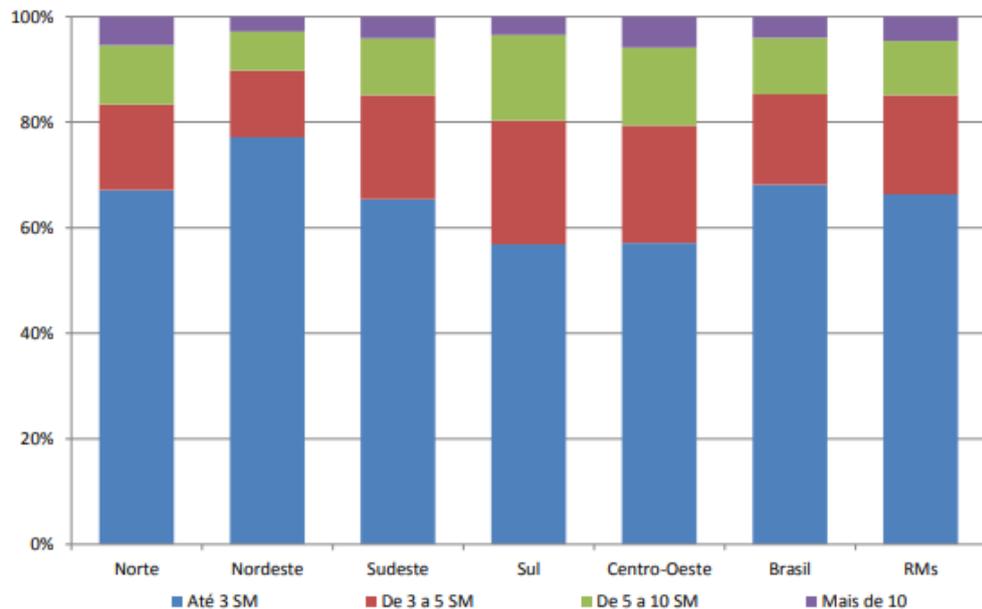
O Estatuto da Cidade (Lei 10.257, 2001), efetiva limítrofes constitucionais sobre política urbana, visando o estabelecimento de uma moradia digna no espaço das cidades (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017).

Destaca-se dentro do referido estatuto, que as operações urbanas consorciadas entre o Poder Público e particulares, o Estatuto do Impacto de Vizinhança (EIV) que roga sobre o impacto dos empreendimentos na qualidade de vida populacional, o usucapião coletivo de áreas urbanas ocupadas por pulação a margem econômica. Para tanto, evidencia-se que o Poder Público está arrolado à duas sucumbências: a oferta de uma moradia digna ao contingente populacional, ou a realização de condições habitacionais congruentes a uma existência digna por parte do cidadão (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017).

Temos um déficit habitacional 6940.691 famílias que não possuem um teto digno. Essas famílias vivem em várias situações (pagam aluguel, moram de favor em

casas precárias, cortiços e agrupam-se numa única residência). Logo a desigualdade social é profunda.

GRÁFICO 1 – DOMÍNIOS URBANOS COM CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA, POR FAIXAS DE RENDA MEDIA FAMILIAR MENSAL, POR REGIÃO DO BRASIL



FONTE: Boulos (2015, pág. 34)

O gráfico acima mostra a desigualdade social profunda nas regiões do Brasil. Pode-se notar que as famílias que ganham até 3 salários mínimos são a maioria na população brasileira. Já a família que ganha mais de 10 salários mínimos são a minoria. Um exemplo: Nordeste tem quase 80% da sua população que ganham até 3 salario mínimos e 2% que ganham mais de 10 salários mínimos; O Centro-Oeste e o Sul tem a menor porcentagem de famílias que ganham até 3 salários mínimos, comparado com as outras regiões, mas e o Centro-Oeste que detém a maior porcentagem de famílias que ganham acima de 10 salários mínimos.

Atualmente temos um crescimento populacional nas cidades que através dessa demanda trouxe uma crise habitacional. Como não há moradias suficientes, os trabalhadores são obrigados a viver em terrenos clandestinos, barracos, cortiços, favelas e até nas ruas. Os sem teto na maioria não estão em situação de rua, são trabalhadores reivindicando os seus direitos por uma moradia digna, justa e humanitária em busca de melhores condições de vida. (BOULOS, 2015, p.89).

A questão da habitação, para Flávio Villaça (1986) percorre essa lógica da acumulação do capital onde tudo é transformado em mercadoria, desse modo, o

problema da habitação sempre esteve presente, pois o capitalismo é um entrave que prejudica a aquisição de um imóvel pelos mais pobres, já que o mercado imobiliário visa adquirir lucro.

3.3 PRECEDENTES DO MTST

Na década de 90, durante o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, políticas neoliberais foram implementadas no Brasil. Empresas como a Vale do Rio Doce, por exemplo, foram vendidas a preços questionáveis, bem como os direitos dos trabalhadores que foram retirados e o alinhamento da política internacional do Brasil com os interesses dos Estados Unidos (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.21).

Por causa do projeto neoliberal efetuado no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90, as periferias no Estado de São Paulo começaram a eclodir de forma violenta, pois havia ausência de infraestrutura e o custo de vida era elevado, e o déficit habitacional (quantidade de famílias brasileiras sem acesso à moradia digna) também era enorme: em 1996, segundo o IBGE, o déficit habitacional era de aproximadamente 5 milhões de famílias brasileiras (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.21).

O historiador para ter conhecimento sobre os precedentes históricos do MTST precisa estar atento às conjunturas políticas e econômicas vigentes no governo militar dos anos 80.

De acordo com Maria da Glória Gohn (1991) a partir dos anos 80 são criados e fortalecidos os primeiros movimentos sociais; mas antes disso, nos anos 70, os movimentos sociais haviam dado um “salto” qualitativo em virtude das reivindicações por demandas populares que lhes foram negados, como foi o caso da luta por creches, pela moradia, pelos transportes etc.

Por conseguinte, é nesse contexto histórico neoliberal dos anos 90 em diante que os gastos públicos destinados à saúde, transporte público e habitação que foram reduzidos pelo Estado burguês surgem diversos movimentos populares, entre os quais aqueles que se organizam para lutar por um teto: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento de Moradia do Centro (MMC), Frente Nacional de Movimentos Urbanos etc. (SOUZA, 2010, p.128).

Segundo Taynara Souza (2010) nos anos 90 houve um agravamento do setor habitacional no Brasil: as causas foram as políticas neoliberais implantadas pelo

governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). No governo de Lula (2002-2010) esse quadro não se alterou. Conforme Armando Boito Junior (2002) as classes dominantes ao criarem as condições políticas favoráveis aos seus interesses proporcionaram a contragosto o surgimento de diversos movimentos populares. Tais medidas oportunizaram coletivamente a junção de desempregados e trabalhadores de baixa renda a se organizarem para solucionar a questão da moradia.

A partir de São Paulo o MTST tornou-se nacionalmente conhecido partindo de uma ampla articulação com as comunidades eclesiais de base. Na cidade de Guarulhos, por exemplo, o MTST avançou, além de Campinas, Osasco, e posteriormente no ABC paulista. Neste período o governo de Luiz Inácio Lula da Silva havia tido início no ano de 2002. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.27).

A Associação Periférica Ativa é uma rede de referências e lideranças territoriais juntamente com MTST. Foi criada por meio de reuniões periódicas em locais públicos onde mobilizavam comunidades para lutas além da moradia contra despejos, por creches em favelas e outros problemas. Foram dezenas de mobilizações a partir dos territórios, que ajudaram a caracterizar o MTST como uma referência de luta nas periferias da Grande São Paulo. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, pág. 31)

3.4 OBJETIVO, TRAJETÓRIA, CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MTST

Além dos homens a história do MTST também envolve a participação de mulheres negras, brancas, pardas, jovens, mais velhas, mães, irmãs, filhas e esposas, espalhadas pelas periferias do Brasil. Muitas dessas mulheres são vítimas de violência e exploração, bem como oprimidas e continuamente exploradas (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.8).

Já sabemos que a principal razão da existência do MTST é a sua luta constante pela moradia, pois existem muitos sem tetos em uma população de quase 6,8 milhões sem moradia. No Brasil, são aproximadamente 7,2 milhões de imóveis vazios e ociosos (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.8).

O início da trajetória do MTST começou, segundo Guilherme Simões; Marcos Campos; Rud Rafael (2017, p.24) em Campinas uma das regiões metropolitanas de São Paulo que mais cresciam na década de 1990.

Campinas, por ser uma cidade com histórica atuação sindical e muitos militantes e ativistas espalhados pelo território campineiro, contou com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST buscava na época discussões sobre a Reforma Agrária, bem como participava de reuniões das ocupações que estavam ocorrendo na cidade. E foi através dessas discussões que alguns militantes se destacaram e construíram um movimento social urbano a partir da luta por moradia (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.25).

Um fato curioso que também é importante mencionarmos é a criação do símbolo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) originário das lutas coletivas que milhares de sem tetos realizaram de Campinas até São Paulo, na década de 90 (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.26).

O MTST - ao longo de sua trajetória - deslocou-se para a cidade do Rio de Janeiro com o intuito de acompanhar e contribuir com as lutas por moradia, no qual realizou três ocupações durante cerca de dois anos (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.26).

Entre o final da década de 1990 e o início de 2000, outros Estados do Brasil como Pernambuco, Pará e Rio Grande do Norte, registraram experiências do MTST estimulados pelas direções estaduais do MST, mas sem uma organicidade própria (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.26).

O MTST tornou-se um movimento popular reconhecido nacionalmente em 2001, na grande São Paulo, após ocupar um imenso terreno na periferia de Guarulhos- segunda maior cidade do Estado, próximo ao Aeroporto Internacional (CUMBICA) e também à Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 26-27).

Em suma a organização do MTST é marcada por sua atuação nas periferias das cidades para fazer a luta por seus direitos e se organiza nos bairros, nas ocupações, no trabalho e em todos os lugares. Seu pensamento é voltado para o objetivo de mudar a realidade na qual se encontra, e para isso é preciso muita força de seus integrantes. A bandeira central do movimento MTST é a luta por moradia, pois é um movimento de sem tetos.

3.5 AS MULHERES NA LUTA URBANA

Além do homem, é importante contextualizar o papel das mulheres na história do MTST e nas periferias. As mulheres sobrevivem com coragem; são possuídas de fé na busca de dignidade, justiça igualitária a todos na garantia de moradia ao alcance de cada um.

A história do MTST também é a história de milhões de mulheres espalhadas nas periferias do Brasil (mulheres negras, pardas, brancas, jovens, idosas, avós, companheiras e trabalhadoras) excessiva e continuamente exploradas. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.8).

As mulheres enfrentam uma falta de direitos: faltam creches para os filhos, empregos e salários dignos. Na política institucional o número de mulheres eleitas diminuiu em 2012 e 2016. Para mudar esse cenário as mulheres buscam no MTST a sua libertação, uma construção histórica com transformações no dia a dia através da luta social e o envolvimento de homens e mulheres. Elas procuram a felicidade, desafios e diálogos com os companheiros de luta buscando soluções coletivas e realistas no MTST (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.9).

3.6. FRENTE POVO SEM MEDO

A Frente Povo Sem Medo surgiu em agosto de 2015, ou seja, por meio das manifestações de mais de 200 mil pessoas em todo o país em resposta ao andamento do golpe de Estado. Em outras palavras trata-se de uma das iniciativas políticas do país em que estão lado a lado organizações ligadas diretamente aos governos petistas-casos da CUT e da UNE, passando por movimentos autônomos, como o próprio MTST. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.119).

O lema da Frente Povo Sem Medo é a construção de uma alternativa popular fazendo com que os ricos sejam penalizados pela crise internacional que afetou o Brasil. Por isso houve manifestações populares nas ruas e várias reuniões de trabalho de base nas periferias urbanas. As organizações (CUT, MST e UNE) buscaram barrar as políticas de austeridade no país, tais como as reformas urbanas e agrárias deram também eixos para que a Frente Povo Sem Medo se impulsionasse. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.119).

Assim torna-se um desdobramento natural desse processo a criação da Frente Povo Sem Medo, como expressão da reconfiguração do

campo popular e da esquerda. Trata-se da única iniciativa política do país em que estão lado a lado organizações ligadas diretamente aos governos petistas. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.119).

De acordo com Guilherme Simões; Marcos Campos; Rud Rafael (2017) os atos de lutas sociais, direitos trabalhistas, reformas populares e outros, nas ruas reuniram milhares de pessoas, foram várias nas ruas de São Paulo em 2015 na defesa da classe trabalhadora, do povo pobre e de todos os setores oprimidos da sociedade. Também apoiando as iniciativas de luta e resistência, como a greve dos professores de São Paulo, e contra a direita, por mais direitos.

Neste sentido é evidente que através dos desafios a Frente Povo Sem Medo mobiliza debates democráticos com a iniciativa VAMOS, com encontros em praças públicas reunindo sem tetos, intelectuais entre outras pessoas na busca da construção de um Brasil melhor e justo.²

² VAMOS é um coletivo político vinculado ao partido PSOL. Disponível no endereço eletrônico <psol50.org.br/tag/vamos/> acessado em 20 de maio de 2019.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES E A POLÍTICA DO ESTADO

Em consonância com a autora Maria da Glória Gohn (1991, p.9.) os movimentos populares são quantitativamente maiores do ponto de vista político. Esses movimentos populares têm gerado transformações sociais substantivas, pois suas relações com o Estado demandam uma atuação das lutas de classe em geral.

Ainda sobre os movimentos sociais (GOHN, 1991, p.17) observa-se que eles continuam contribuindo suas histórias a partir de fluxos e refluxos. Há uma certa alternância no predomínio das formas mais conservadoras nos governos mais democráticos e vice-versa.

O problema da moradia urbana do Brasil envolve, mais uma vez, o Estado em transformá-la em “mercadoria” muito cara para a maioria dos trabalhadores brasileiros. A situação é mais agravante se levarmos em consideração o fato de o mercado habitacional brasileiro atender, primeiramente, a chamada classe média e os ricos das grandes cidades; logo, aos trabalhadores, restava o eterno aluguel e, principalmente, os loteamentos e ocupações nas periferias urbanas. (BOULOS, 2015, p.36).

Uma questão muito importante que Boulos (2015, p.55) nos esclarece quando o assunto é cidade e capital é a especulação imobiliária, isto é, a especulação imobiliária se tornou cada vez mais forte com o apoio do Estado, que deveria garantir condições de vida digna aos trabalhadores urbanos.

Com as cidades nas mãos de poderosos capitalistas que, para eles, são um grande negócio, fica difícil para boa parte dos trabalhadores que habitam casas em bairros periféricos de maneira irregular, isto é, casas que não tem escritura. E a situação piora quando muitos desses trabalhadores são expulsos para regiões ainda mais distantes por causa do aumento dos aluguéis. (BOULOS, 2015, p.57).

Portanto podemos concluir, neste tópico, que o MTST continuará a existir se o Estado não garantir direito à moradia, bem como a especulação imobiliária e o aumento abusivo do preço dos aluguéis que- ao nosso entendimento- contribuem para a ocupação dos sem teto nos terrenos das cidades.

Segundo Maria da Glória Gohn (1991, p.34), os movimentos sociais urbanos possuem as seguintes características: são manifestações das classes populares, são fenômenos novos na sociedade, estão centrados na esfera do consumo, partem dos bairros e do local de moradia, são heterogêneos quanto à composição social,

emergem devido à existência de contradições urbanas e são em algumas ideias contra o Estado.

4.1 ATUALIDADES E DESAFIOS DO MTST

A luta do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) continua e com protestos a favor da moradia- bloqueando rodovias, avenidas, promulgando novas manifestações, protestos etc.

O MTST é o principal movimento popular de luta por moradia no país e uma importante referência do campo popular; propõe a mobilização de rua e a organização coletiva de base como alternativa par a esquerda brasileira (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.118).

Destarte para conquistar moradia os trabalhadores não têm outra alternativa a não ser ocupar uma terra e contar uns com os outros, bem como tanto a vitória quanto a derrota da ocupação, se ocorrer, será de todos. É assim que os sem tetos se organizam de forma coletiva para conquistar seus direitos (BOULOS, 2015, p.107).

Não haverá um Brasil livre do neoliberalismo e do capitalismo sem uma ação social das minorias. Caberá aos movimentos populares a tarefa de atualizar a política nacional, articulando-se com as forças políticas e sociais atuantes, e também em diálogo aberto com os trabalhadores que hoje estão “desorganizados”, para oferecer uma alternativa que apresente soluções de curto prazo e que projete para o futuro um novo modelo de organização econômica, política e social (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 124.).

De acordo com a trajetória do MTST é possível notar que para haver transformações sociais é necessário um avanço na política nacional em relação a questão habitacional que depende dessas articulações, diálogos, ações neoliberais e anticapitalistas.

No ano passado com o espírito antidemocrático do candidato presidencial do (PSL) da extrema direita dizia-se que o MST e o MTST são terroristas e que devem banir os marginais vermelhos. Mas trata-se de milhares de famílias que precisam ocupar, pois estão pagando aluguel muito caro, vivendo em condições precárias, uma realidade com o qual se deparam (Natália Szermeta, dirigente do Movimento dos Trabalhadores sem teto)³.

³ Documento disponível no endereço eletrônico < <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/mst-e-mtst-voce-realmente-conhece-essas-organizacoes/> > acessado em 03 de junho de 2019.

É de suma importância acreditar nas campanhas que o MTST tem realizado e nas futuras propostas que continuarão em prol das classes humildes e necessitadas e que buscam melhorias em suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo desenvolvido, deixou-se transparecer que o problema da moradia brasileira é composto de várias situações tais como: especulação imobiliária, déficit habitacional qualitativo, adensamento de várias pessoas numa única residência e ausência de serviços básicos. Quem vive tudo isso são os trabalhadores mais pobres que possuem uma renda menor que três salários mínimos mensais.

Há uma desigualdade social muito grande em relação ao direito à propriedade: esse direito é negado para milhões de pessoas que vivem no Brasil, pois há o envolvimento de ricos empresários nesse jogo por causa da mercantilização de propriedade.

Procuramos compreender em que medida atual é compreensível a luta dos trabalhadores em busca de um teto digno. De certa forma tais medidas ajudaram na conquista de seus ideais.

É perceptível que a criação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) em 1997 no qual adotou a tática de construir ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas, buscando com isso integrar a luta por moradia. (BOULOS, 2015, p.84).

O MTST é composto de trabalhadores envolvidos em diversas atividades econômicas: podem ser pessoas que trabalham como autônomas ou que possuem baixa renda.

Enfim fortalecer o MTST e continuar a história de um povo sem medo enfrentando e lutando contra o Estado são configurações que o MTST se protagoniza no meio urbano.

Portanto que o MTST não adormeça e continue sua bandeira na luta pela moradia digna, bem como alcançar outros direitos que o Estado não os garante (educação, saúde, transporte) e que a nossa sociedade perceba essas diferenças sociais; que a organização do MTST estabeleça sempre o sentido de que a minoria pode vencer.

Que a marcha do MTST avance na esperança de um povo sem teto com o destino de realizar mudanças benéficas na aquisição de moradias merecidas.

REFERÊNCIAS

- BOITO, Armando Jr. **Neoliberalismo e as lutas sociais no Brasil**. Campinas: Revista Ideias, p. 13-14, 2002.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Autonomia literária, 2015.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- MOREIRA, Vinicius de Souza; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; EUCLYDES, Filipe Maciel. **“Minha casa, minha vida” em números: quais conclusões podemos extrair?**. IV Encontro Brasileiro de Administração Pública. João Pessoa. 2017.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.
- SOUZA, Taynara Freitas Batista. **As lutas por moradia dos trabalhadores sem-teto**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina. 2010.
- VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.